

AMBIENTE E PRÁTICAS TURÍSTICAS EM PORTUGAL

*Fernanda Delgado Cravidão **

*Lúcio Cunha **

The aim of this paper is to briefly study some important aspects of the tourism in Portugal, namely its evolution and dynamics in recent years and to point out the spatial changes they caused: new territories, new behaviours and the impact on the environment.

* Instituto de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra.

TURISMO: UM FENÓMENO DA MODERNIDADE

Na sociedade contemporânea o aumento e a importância progressiva dos tempos livres são um forte contributo ao significado que fazer férias ou fazer turismo assumem nos novos padrões de comportamento. As práticas turísticas são cada vez mais consideradas como padrões de cultura, padrões de bem-estar económico e social. Neste sentido, o turismo pode ser, considerado como "uma criação da modernidade" (FORTUNA, 1992), embora, como de resto mostram numerosos estudos, todas as civilizações tenham tido as suas formas de organizar o tempo livre. Quase todos os autores que abordam temas neste domínio, referem-se a formas mais ou menos desenvolvidas de práticas que se podem designar como turísticas, nas diversas sociedades. Das manifestações culturais da antiga Grécia, passando pelas peregrinações da Idade Média, até ao Grand Tour, que a partir do final do século XVIII, se organiza para completar a educação da aristocracia e burguesia inglesas, a viagem deve ter, ainda que com objectivos diversos constituído, desde sempre, uma forma de conhecer novos espaços e novas culturas. Porém, o que sucede é que é só com as sociedades industrializadas e pós - industrializadas que o fenómeno turístico se organiza, sistematiza e massifica embora nem sempre se democratize.

O desenvolvimento de uma economia de informação, que cada vez mais caracteriza a sociedade contemporânea, é geradora de um conjunto de circunstâncias que levam os potenciais consumidores dos espaços turísticos a encurtarem, de modo cada vez mais significativo, a distância entre o "sonho" e a "realidade". Importa no entanto chamar a atenção para mecanismos

individuais que justificam esta opção e não aquela. Isto é, domínios e consumidores onde os mass média dificilmente conseguem ter êxito. No entanto, deve ressaltar-se, que o fenómeno turístico, ocupa um lugar cada vez mais importante nas diferentes escalas económicas. Para diversos países, onde Portugal também é exemplo, as receitas provenientes da actividade turística constituem uma das principais fontes para o equilíbrio da balança de pagamentos. Do mundial ao local, o turismo assume-se como importante gerador de riqueza, como fenómeno capaz de contribuir para o desenvolvimento de economias deprimidas, nomeadamente através do aproveitamento de recursos endógenos.

As informações publicadas pela Organização Mundial de Turismo, em 1991, mostram que 450 milhões de turistas gastaram cerca de 250 mil milhões de dólares o que significa um valor próximo de 10% do PNB mundial.

Segundo LOZATO-GIOTART (1993), mais de 22 milhões de camas, na hotelaria, foram autorizadas e mais de 30 milhões de empregos "sublinham o impacto socio-económico do turismo moderno". Em Portugal, a evolução da população activa ligada ao turismo não tem sofrido oscilações significativas: 3.2% em 1986 e 3.8% em 1990 do total do emprego no Continente. Neste contexto de crescimento cabe aos geógrafos e outros investigadores, numa atitude integradora, alertar para a relação entre turismo, ambiente e organização do território. Aqui, as estratégias ligadas ao desenvolvimento são fundamentais para que os impactes não coloquem em risco o património natural e o património construído, já que se trata, quase sempre, de recursos não renováveis.

Num recente estudo, Jean Pierre LOZATO-GIOTART (1993) faz algumas reflexões a propósito das estratégias

territoriais que o fenómeno turístico tem obrigado a desenvolver. Porém, deve notar-se que se trata de medidas relativamente recentes, pois recentes são também as características que têm comandado os fluxos relacionados com os tempos livres.

Como exemplo refira-se que as primeiras medidas de conservação do património natural e do património histórico foram desenvolvidas no início do século XIX na Grã-Bretanha (National Trust), na Grécia e em França. Em Portugal só a partir da década de setenta as questões relacionadas com o ambiente, de um modo geral, e dos impactes negativos relacionados com as práticas turísticas de modo particular, começam quer, a preocupar os responsáveis pelas políticas de ordenamento de território, quer a opinião pública em geral.

No contexto mundial em que se tem desenvolvido esta actividade a fachada mediterrânea continua a constituir um mito em relação à procura turística. A imagem que se foi construindo emerge do fascínio pela imensa frente de água, aliada ao elevado número de horas de sol praticamente durante todo o ano, ou pelos percursos no tempo possíveis através de testemunhos diversos das míticas civilizações clássicas.

Portugal, após os anos 50, começa a assumir uma função cada vez mais importante nesta "fachada de lazer" da Europa. O turismo ligado ao sol e ao mar atrai cada vez mais turistas a Portugal, acelerando, deste modo, um acréscimo nem sempre equilibrado em estruturas de acolhimento.

Embora novas ou renovadas formas de práticas turísticas comecem a ter importância no país, e de que são exemplos, entre outros, o turismo de habitação, o turismo rural, o termalismo ou o turismo cinegético, continua a ser o turismo de sol e mar que mais nacionais faz deslocar dentro do país e maior número de estrangeiros traz a Portugal.

O TURISMO EM PORTUGAL: UMA ACTIVIDADE EM MUDANÇA?

Não sendo uma actividade recente, o turismo em Portugal só começa a organizar-se como actividade económica a partir dos anos 70. Tal como afirma C. CAVACO (1969, 1974, 1980), o termalismo foi, durante quase metade do século XX, a principal motivação turística para os que, no país, tinham possibilidades de passar algum tempo nas termas.

Posteriormente e à semelhança de outros países, é o sol e o mar que atraem cada vez mais turistas ao litoral, quer se trate de nacionais quer de estrangeiros.

A fachada atlântica ocidental e particularmente a fachada sul, transformam-se, rapidamente, no local de chegada e permanência, nomeadamente no verão, de cargas demográficas que não têm parado de aumentar. Por outro lado, como esta procura apresenta fortes disparidades regionais as elevadas concentrações começaram, já, a apresentar sintomas de saturação gerando, por isso, novas procuras. As regiões turísticas mais procuradas em 1991, foram o Algarve, Costa de Lisboa e Madeira que no conjunto absorveram 80% do total nacional. Deve, no entanto, ressaltar-se que os ritmos de crescimento apresentam variações diversas quer no espaço quer no tempo e que têm explicações várias: conjuntura económica internacional e nacional, oferta de novos percursos turísticos frequentemente a custos baixos, maiores exigências na qualidade da oferta que não são satisfeitas, o que leva os turistas a procurar outros espaços, alguma preocupação com a exposição solar e a "descoberta do espaço rural" como território onde muito do imaginário da população urbana se reconhece: a natureza,

particularmente o mito do verde, o repouso, e como afirma R. BETEILLE (1992), "o insólito". Para este autor o mundo rural representa ainda "uma reserva de espectáculos e coisas de um passado longínquo" tal como são algumas manifestações populares – festas e romarias – ou a gastronomia local.

Em Portugal parecem definir-se, também, novos cenários. Por um lado, a saturação da principal região turística nacional – o Algarve – leva a que esta comece a ser preterida em relação a espaços de lazer que tiveram outrora grande importância nas férias dos portugueses e que hoje se relançam no panorama turístico nacional – Costa Azul e Costa de Prata – ou de outras em que o fenómeno, embora recente, ganhou já uma importância considerável – Costa Alentejana. Porém, também aqui, já se fazem sentir impactes que decorrem da "nova" pressão turística. Por outro lado, o espaço rural tem uma procura cada vez maior, ainda que em termos económicos o seu significado raramente ultrapasse a dimensão local.

Comparando os resultados publicados pelo INE, nos anos de 1988 e 1991 verificam-se variações significativas que, numa primeira explicação, decorrem de uma maior procura pelo turismo em espaço rural.

A capacidade de alojamento aumentou, no país, 39.4%. Por regiões turísticas importa ressaltar o pouco significado desta prática turística no Algarve – apenas 2,8% do total – a importância da Costa Verde (35,9%) e a boa posição ocupada pela região das Montanhas (16.3%). Em termos evolutivos, é de salientar o acréscimo, na capacidade alojamento, verificado entre 1988 e 1991 em algumas áreas: Costa de Prata (mais 66.7%), Montanhas (48.3%) e Costa Verde (38.7%). Importa notar que o Algarve registou uma evolução negativa durante o mesmo período (-6.6%). Quanto às dormidas, o total do país situou-se, em 1991, em 71 700 contra as

57 000 verificadas em 1988. Os aumentos mais significativos localizaram-se na Costa Verde, Planícies e Costa de Prata, respectivamente 37.1%, 33.3% e 27.55%, áreas onde o espaço rural tem tido, por parte da actividade turística, maior procura.

A PRÁTICA TURÍSTICA E AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

Hoje é aceite por todos os investigadores da área do turismo que as relações entre a prática de actividades turísticas e a qualidade do ambiente se revestem de uma enorme complexidade e mesmo de um certo carácter de contradição entre a busca da maior rentabilidade económica e a necessidade da preservação de um ambiente de boa qualidade, condição da própria prática turística (SALGADO, 1988; CRAVIDÃO e CUNHA, 1991).

Esta contradição começa por reflectir-se nas próprias populações directamente implicadas, já que coloca em campos opostos aqueles que directa ou indirectamente vivem desta actividade (desde os operadores turísticos aos empregados da indústria hoteleira) e a população autóctone que se dedica a actividades tradicionais, uma grande parte dos próprios turistas ou os grupos de pressão tidos como mais esclarecidos do ponto de vista cultural ou ambiental. Manifesta-se também, e aí estão talvez as principais dificuldades a superar, na oposição entre o carácter essencialmente privado e de curto prazo dos lucros contabilizados pela actividade turística e o interesse público e de médio prazo das degradações ambientais eventualmente verificadas, as quais, apesar da difícil contabilização, são, por vezes, irreversíveis e mesmo irreparáveis. Estas considerações, válidas para o quadro hoje já

tradicional da actividade turística balnear portuguesa, caracterizada por uma forte sazonalidade e concentração espacial, são—no, talvez ainda mais, para os novos ou renovados quadros que se desenham na actividade turística nacional, com destaque para os chamados turismos de habitação, rural, termal, ecológico e cinegético.

Se as condições mesológicas, e nomeadamente as climáticas (BESANCENOT, 1990), ainda que em íntima simbiose com o enorme valor do património histórico—cultural, são o motor do turismo balnear das regiões mediterrâneas e do litoral português, o facto é que a sua prática maciça, desenquadrada e desordenada, tem constituído um importante factor de degradação das condições ambientais do nosso litoral, que vão desde "simples" situações de poluição pontual da água, dos espaços verdes ou do ar, até ao desencadear de outros mecanismos mais gerais, mais lentos e insidiosos, logo menos perceptíveis e controláveis, e que vão desde as modificações da linha de costa (CARVALHO, 1989 e 1991; CARVALHO e GRANJA, 1991; GRANJA e CARVALHO, 1991; MOREIRA, 1991, entre outros), a salinização dos aquíferos costeiros e mesmo de terrenos agrícolas, as reduções das Reservas Ecológica e Agrícola Nacionais, até à degradação geral da paisagem rural e urbana e ao aparecimento de situações de grave conflito social e cultural entre as populações autóctones e os turistas.

Com os novos cenários que começam a desenhar—se no panorama turístico nacional e, sobretudo, com a crescente procura dos espaços rurais tradicionais ou mesmo de espaços de grande valor em termos de património natural (por vezes, mesmo, protegidos legalmente, como é o caso dos parques e reservas naturais e das áreas de paisagem protegida), o estudo destas relações turismo—ambiente ganham um

renovado interesse.

Com efeito, no que respeita ao chamado "turismo ecológico" sabe—se que cada vez é maior a procura e a pressão turística sobre as áreas protegidas, não só as do Litoral, portanto aquelas que mais se aproximam dos espaços percorridos e vividos pelo "turista tradicional", mas mesmo as do Interior, como acontece com o Gerês, a Serra da Estrela ou o maciço Calcário Estremenho, para referir apenas os casos mais significativos. As características ambientais e sobretudo, as características mesológicas, mais do que condições determinantes, são a própria razão de ser desta procura turística.

No entanto, tratando—se de áreas de grande interesse e de grande fragilidade em termos ambientais, os cuidados a ter com a sua preservação terão de ser redobrados, procurando evitar a massificação destes novos fluxos e manter o número de visitantes perfeitamente controlado e adequado às condições de cada espaço, quer se trate de áreas legalmente protegidas, quer não.

Mercê das suas características naturais, alguns espaços do Litoral e, sobretudo, extensas áreas do Interior do país, têm vindo também a ser procuradas se não para actividades turísticas convencionais, para outras actividades de lazer ligadas a vários e novos tipos de actividades desportivas, motorizadas ou não, em que se busca a satisfação do espírito de aventura, o contacto com a Natureza, a fruição dos grandes espaços, ou, tão simplesmente, a recordação do quotidiano infantil de muitos dos quadros dos meios urbanos.

Também neste caso há que acautelar a preservação das condições ambientais para que o desenvolvimento deste fenómeno não conduza a situações de degradação, que acarretem a própria morte destas actividades antes destas atingirem o seu desenvolvimento pleno.

Com estes exemplos ou muitos outros que

se poderiam apontar não queremos, de modo algum, pôr em causa a utilização turística do espaço rural ou mesmo de áreas protegidas pelo seu interesse ambiental.

Há que ter sempre presente que, como refere SONEIRO (1991, p. 132), se o turismo é, em menor ou maior grau, um insaciável e voraz consumidor do espaço rural, ele é também, em certos casos, a sua única garantia de sobrevivência. Por outro lado, e no que diz respeito ao património natural, a actividade turística não é, neste caso particular, mais ameaçadora ou perigosa que outras actividades económicas ou que outras formas de utilização do espaço.

De facto, o turismo, uma forma privilegiada de rentabilização de espaços rurais deprimidos e de resposta aos anseios e expectativas de desenvolvimento das suas populações, deverá ser devidamente enquadrado em planos de ordenamento do território que tenham em conta não só os interesses das várias áreas de desenvolvimento económico, mas também as necessidades da preservação da boa qualidade das condições ambientais, ou seja, que permitam a recuperação e desenvolvimento económicos de espaços, por vezes inóspitos e quase sempre repulsivos, mas sem que sejam transpostos os limiares de tolerância das condições físico-naturais que ponham em causa a própria sobrevivência do turismo.

SÍNTESE

Um pouco por todo o Mundo, as mudanças que se têm operado nos padrões tradicionais da ocupação dos tempos livres têm gerado novas procuras, novas práticas e novos ritmos de utilização, onde o espaço é, cada vez mais, um bem de consumo. Em Portugal, ainda que com algum atraso em relação a outros países, verificam-se, também alterações significativas. A procura cada vez mais acentuada pelos "espaços naturais" do Interior do país pode levar, também aqui e à semelhança do que ocorreu já em grande parte do Litoral, à massificação dos fluxos e mesmo à banalização da fruição do espaço, o que além de pôr em risco o equilíbrio ecológico que ainda persiste em algumas áreas do Interior do país, pode comprometer fortemente a própria procura turística. Propõe-se, assim, e em consonância com a declaração final do Colóquio "Turismo e Ambiente" realizado em Budapeste, no ano de 1991 (CASTROVIEJO e HARRERO, 1991), que em vez de um "turismo de massas" seja encorajado um "turismo duradouro", em que se enquadrará a promoção do turismo em espaço rural, capaz de desenvolver economicamente espaços periféricos, de dotar de significado as práticas rurais tradicionais e, também, de contribuir decisivamente para o equilíbrio social e cultural entre cidadãos e rurais.

BIBLIOGRAFIA

- BESANCENOT, J. P. (1990) - *Climat et tourisme*, Paris, Masson.
- CARVALHO, G. Soares (1989) - "Dinâmica actual e o ambiente da zona costeira - a evolução da zona costeira indicador da Transformação Global", *Actas da II Reunião do Quaternário Ibérico*, Madrid (no prelo).
- CARVALHO, G. Soares (1991) - "Cooperação interdisciplinar, uma necessidade para o futuro da zona costeira e dos seus recursos naturais", *Actas do Seminário: A zona costeira e os problemas ambientais*, Aveiro, pp. 18-28.
- CARVALHO e GRANJA, M. H. (1991) - "Uma síntese das investigações geomorfológicas na zona costeira do noroeste de Portugal", *Conferência sobre as potencialidades e problemas do litoral português*, Lisboa, A.P.G., pp. 89-95.

- CASTROVIEJO, Miguel; HERRERO, Julio (1992) – *Ecoturismo. Criterios de desarrollo y casos de manejo*, Madrid, ICONA.
- CAVACO, Carminda (1969) – "Geografia e turismo no Algarve: aspectos contemporâneos", *Finisterra*, IV (8).
 _____ (1979) – *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, Lisboa, C.E.G.
 _____ (1974) – "Monte Gordo: aglomerado piscatório e de veraneio", *Finisterra*, IX (18).
 _____ (1982) – "A costa do Estoril como emissora de turismo". *Sep. de Economia*, VII (3).
 _____ (1984) – "Comércio, Serviços e Turismo em Portugal Continental: desenvolvimento, investigação geográfica e questões metodológicas", *Actas do III Colóquio Ibérico de Geografia*, Barcelona, pp. 455–475.
- CAVACO, Carminda; MONTEIRO, A. (1990) – *Turismo no Espaço Rural, Antologia*, vol. I, II e III, Direcção Geral do Planeamento e Agricultura, M.A.P.A., Lisboa.
- CRAVIDÃO, F. Delgado (1989) – "Turismo e desenvolvimento – o distrito de Coimbra", *Arunce*, nº1, pp. 37–63.
 _____ (1991) – "Residência secundária e Revalorização do espaço Rural", *V Colóquio Ibérico de Geografia*, Léon, pp. 359–365.
- CRAVIDÃO, F. Delgado; CUNHA, Lúcio (1991) – "Turismo, Investimento e Impacto ambiental", *Cadernos de Geografia*, nº 10, pp. 199–22.
- CUNHA, Licínio (1991) – "Impacte do turismo sobre o litoral: alternativas de desenvolvimento", *Conferência sobre as potencialidades e problemas do litoral português*, Lisboa, A.P.G., pp. 41–45.
- D.G.T. (1992) – *Perspectivas de Desenvolvimento turístico em Portugal*, Lisboa, D.G.T.
 _____ (1991) – *Turismo em Espaço Rural. Guia Oficial*, Lisboa, D.G.T..
- FERNANDES, José Manuel (1982) – "Turismo do Litoral – as mafeitorias da galinha dos ovos de ouro", *Cadernos Municipais*, nº 19, Lisboa, pp. 10–14.
- FORTUNA, Carlos (1992) – "Turismo como Imagem: A Gestão da Incerteza", *II Forum de Turismo*, Coimbra.
- GRANJA, M. H.; CARVALHO (1991) – "The impact of protection structures on Ofir–Apúlia coastal zone (NW Portugal)", Londres, *INQUA Pergamon Press*.
- LOZATO–GIOTART, Jean Pierre (1990) – *Géographie du tourisme*, Paris, Ed. Masson.
 _____ (1993) – "Tourisme et loisirs: quelles problématiques géographiques?", *L'information Géographique*, nº 57, pp. 48–58.
- MADEIRA, L. Filipe (1989) – "Breve análise da situação do turismo em Portugal", *Algahrh – Estudos Regionais*, pp. 31–39.
- MIOSSEC, Jean Marie (1977) – "L'image touristique comme introduction à la Géographie du Tourisme". *Annales de Géographie*, nº 473, pp. 55–69.
- MOREIRA, Fernando João (1990) – *Turismo em Espaço Rural*, Dissert. de Mestrado, C.E.G., Lisboa.
- MOREIRA, Maria Eugénia (1991) – "Impactes da elevação recente do nível do mar no ordenamento do litoral", *Conferência sobre as potencialidades e problemas do litoral português*, Lisboa, A.P.G., pp. 83–87.
 _____ (1992) – "Diversidade ecológica de um milhar de quilómetros de costa", *Inforgeo*, 4, pp. 37–49
- PEARCE, Douglas (1989) – *Tourism Today: a geographical analysis*. Essex, Ed. Longman Scietific and Technical.
- S.E.T. (1984) – *Plano Nacional de Turismo, 1985/88*, Lisboa, S.E.T.
- SALGADO, Manuel (1988) – "Turismo e ambiente — uma contradição insanável", *1ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, Aveiro, pp. 937–948.
- SIRGADO, J. Rafael (1991) – *Turismo e Desenvolvimento Local e Regional. O Caso do Concelho de Lagos na Região do Algarve e no País*, Dissert. de Mestrado, Lisboa, C.E.G..
- SONEIRO, J. Calizo (1991) – *Aproximation a la Geografia del Turismo*, Madrid, Sintesis.